RESOLVE:

Art. 1º Nomear para o Conselho Penitenciário do Estado do Pará - COPEN o membro abaixo relacionado, como representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará: Titular: JULIANA MARIA ZAIRE FONTELES DE LIMA

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE JUNHO DE 2017. JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETOO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.135, incisos V e XX, da Constituição Estadual, e

Considerando o Trânsito em julgado da sentença penal condenatória, proferida nos autos do Processo nº. 0000497-84.2008.8.14.0070, da 3ª Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA, que condenou à servidora, dentre outras penalidades, à perda do cargo público; Considerando as informações constantes nos autos do Processo

nº. 2017/114216;

Considerando o Despacho Analítico nº. 255/2017 da Procuradoria-Geral do Estado,

DECRETA

Art. 1º Fica demitida do cargo de Delegada da Polícia Civil, com lotação na Polícia Civil do Estado do Pará, DANIELE BENTES DA SILVA, matrícula nº. 5826004/1, em cumprimento à decisão judicial, transitada em julgado, nos autos do Processo n^{o} . 0000497-84.2008.8.14.0070.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE JUNHO DE 2017.

JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e XX, da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto no art. 140, inciso II, e parágrafo único, da Lei Estadual nº. 6.833/2006, c/c os arts. 118 e 119, inciso III, da Lei Estadual nº. 5.251/1985;

Considerando o trânsito em julgado dos Acórdãos nos. 154.097 e 164.009, proferidos pelas Câmaras Criminais Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, nos autos do Processo nº. 0000521-61.2012.8140000, que trata do Conselho de Justificação instaurado para apurar as infrações cometidas pelo MAJ PM R/R Walber Wolgrand Menezes Marques, os quais julgaram o oficial indigno de permanecer no Oficialato da Polícia Militar e determinaram a perda de sua patente e todos os direitos e prerrogativas inerentes ao posto, com exceção dos proventos de sua aposentadoria, que devem ser preservados;

Considerando a Manifestação nº. 160/2016 da Procuradoria-Geral do Estado,

DECRETA:

Art. 1º Fica demitido "ex officio" do Quadro de Oficiais da Polícia Militar do Pará, com a perda do posto e da patente, e a manutenção dos proventos de aposentadoria em cumprimento aos Acórdão nos. 154.097 e 164.009 das Câmaras Criminais Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, e ao art. 140, inciso II, e parágrafo único, da Lei Estadual nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, c/c os arts. 118 e 119, inciso III, da Lei Estadual nº. 5.251, de 31 de julho de 1985, o MAJ PM R/R WALBER WOLGRAND MENEZES MARQUES.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE JUNHO DE 2017.

JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.135, incisos III e XX, in fine, da Constituição Estadual, e

Considerando a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº. 344/2016-GABP/FSCMP, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 33.142, de 7 de junho de 2016; Considerando o que se apurou no Processo nº. 2016/120417; Considerando o Parecer nº. 137/2017 da Procuradoria-Geral do Estado, R E S O L V E: Art.1º Demitir o servidor MAURO COELHO RIBEIRO, matrícula nº.

54195824-2, ocupante do cargo de Médico, lotado na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, fulcro no art. 190, incisos II e IV, e § 2º da Lei Estadual nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE JUNHO DE 2017. JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos V e X, da Constituição Estadual, e

Considerando os termos do Ofício nº. 329/2017-DP1, de 9 de maio de 2017, e os elementos constantes do Processo nº. 2017/205858;

Considerando o Parecer nº. 174/2017 da Procuradoria-Geral do

Estado, R E S O L V E: Art. 1º Reverter ao serviço ativo da Polícia Militar do Pará, nos termos dos arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº. 5.251, 31 de julho de 1985, o TEN CEL QOPM RG 24990 CARLOS EDUARDO BILÓIA DA SILVA, por haver cessado o motivo de sua agregação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de maio de 2017. PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE JUNHO DE 2017.

JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos V e X, da Constituição Estadual, c/c os arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº. 5.251/85, de 31 de julho de 1985 e;

Considerando o teor do Ofício nº. 330/2017-DP1, de 9 de maio de 2017, do Comando-Geral da Polícia Militar do Estado do Pará e as informações constantes no Processo nº. 2017/205673;

Considerando o Parecer nº. 166/2017 da Procuradoria-Geral do Estado,

RESÓLVE:

Art. 1º Reverter ao serviço ativo da Polícia Militar do Pará, nos termos dos arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº, 5,251, 31 de julho de 1985, o MAJ QOPM RG 27033 HERICK WENDELL ANTÔNIO JOSÉ GOMES, por ter cessado o motivo que determinou a sua

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de maio de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE JUNHO DE 2017. JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos V e X, da Constituição Estadual, c/c os arts. 91 e 92 da Lei Estadual

Considerando o teor do Ofício nº. 294/2017-DP1, de 26 de abril de 2017, do Comando-Geral da Polícia Militar do Estado do Pará; Considerando os termos do Ofício nº. 245/2017/MP/PGJ, de 11 de abril de 2017, da Procuradoria-Geral de Justica - PGJ.

Considerando o Parecer nº. 164/2017 da Procuradoria-Geral do

RESOLVE:

Art. 1º Reverter ao serviço ativo da Polícia Militar do Estado do Pará, nos termos dos arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº. 5.251, 31 de julho de 1985, o TEN CEL QOPM RG 20332 ADENILSO FERNANDES RODRIGUES JÚNIOR, por ter cessado o motivo que determinou a sua agregação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de abril de 2017. PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE JUNHO DE 2017.

JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e

Considerando os Termos do Ofício nº. 089/2017 - DP1 e os elementos constantes do Processo nº. 2017/64621;

Considerando o Parecer nº. 0040/2017 da Procuradoria-Geral do Estado,

RESOLVE:

Art. 1º Reverter ao serviço ativo da Polícia Militar do Pará nos termos dos arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº. 5.251/1985, o TEN CEL PM RG 18067 ROBSON WILSON DOS SANTOS, por haver cessado o motivo de sua agregação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de fevereiro de 2017. PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE JUNHO DE 2017.

JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos V e X, da Constituição Estadual, c/c os arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº. 5.251/85, e

Considerando o teor do Ofício nº. 291/2017-DP1, de 26 de abril de 2017, do Comando-Geral da Polícia Militar do Estado do Pará; Considerando os termos do Ofício nº. 245/2017/MP/PGJ, de 11 de abril de 2017, da Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ, Considerando o Parecer nº. 160/2017 da Procuradoria-Geral do

RESOLVE:

Art. 1º Reverter ao serviço ativo da Polícia Militar do Pará, nos termos dos arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº. 5.251, de 31 de julho de 1985, o TEN CEL QOPM RG 18356 PAULO ROBERTO VALE PEREIRA CARNEIRO FILHO, por ter cessado o motivo que determinou a sua agregação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. retroagindo seus efeitos a 12 de abril de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE JUNHO DE 2017

JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos V e X, da Constituição Estadual, e

Considerando os termos do Ofício nº. 293/2017-DP1 e os elementos constantes do Processo nº. 2017/187418;

Considerando o Parecer nº. 155/2017 da Procuradoria-Geral do Estado,

RESOLVE:

Art. 1º Reverter ao serviço ativo da Polícia Militar do Pará, nos termos dos arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº. 5.251, de 31 de julho de 1985, o TEN CEL QOPM RG 13804 FERNANDO ALBERTO BILÓIA DA SILVA, por haver cessado o motivo de sua agregação. Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de abril de 2017. PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE JUNHO DE 2017. JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos V e X. da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto nos arts. 88, § 1º, inciso I, e 90 da Lei Estadual nº. 5.251, de 31 de julho de 1985, art. 21, §1º, item 3, do Decreto nº. 88.777/83 (R-200) e art. 2º e item 5, do Anexo da Lei nº. 5.276/85, alterada pela Lei nº. 8.289/15;

Considerando o teor do Ofício nº. 158/2017-DP1, do Comando-Geral da Polícia Militar do Pará - PMPA;

Considerando o Parecer nº. 111/2017 da Procuradoria-Geral do Estado,

DECRETA:

Art. 1º. Fica agregado o CEL QOPM RG 16218 JEAN MARCEL DA COSTA SALIM, em razão de ter sido nomeado para o exercício de função de natureza policial-militar na Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP, conforme Portaria nº. 242/2017-CCG, de 13 de fevereiro de 2017, publicada no DOE nº. 33.314, de 14 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário. PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE JUNHO DE 2017.

JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos V e X, da Constituição Estadual, c/c os arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº. 5.251, de 31 de julho de 1985, e Considerando os termos do Ofício nº. 296/2017-DP1, de 27 de

abril de 2017, do Comando-Geral da Polícia Militar do Estado do

Considerando o teor do Ofício nº. 245/2017/MP/PGJ, de 11 de abril de 2017 da Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ;

Considerando o Parecer nº. 158/2017 da Procuradoria-Geral do Estado.

RESOLVE:

Art. 1º Reverter ao serviço ativo da Polícia Militar do Pará, nos termos dos arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº. 5.251, de 31 de julho de 1985, o MAJ QOPM RG 27013 ORLANDINO SEBASTIÃO BASTOS LIMA, por haver cessado o motivo que determinou a sua agregação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de abril de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE JUNHO DE 2017.

JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos V e X, da Constituição Estadual, c/c os arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº. 5.251/85, e

Considerando o teor do Ofício nº. 292/2017-DP1, de 26 de abril de 2017, do Comando-Geral da Polícia Militar do Estado do Pará; Considerando os termos do Ofício nº. 245/2017/MP/PGJ, de 11 de abril de 2017, da Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ e as